

A Igreja Católica e o golpe civil militar de 1964: novas abordagens

Renato Torres Anacleto Rosa

Mestrando em História Comparada

Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ

renato.torres13@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem por escopo examinar os posicionamentos da Igreja Católica frente ao golpe civil militar instaurado no Brasil a partir de 1964. Tendo como parâmetro a premissa de Antonio Gramsci, de que toda instituição religiosa é multicelular e que traz dentro de si inúmeras tendências culturais e políticas, examinaremos, em particular, as posições da hierarquia da Igreja, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB e de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e principal líder da ala “progressista”.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe civil militar, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, Dom Helder Câmara.

ABSTRACT: This article intends to reflect about the positions of the Catholic Church to the Civil-military coup d'état ocured in Brazil in 1964. The premises of Antonio Gramsci about the differences in each religion will support our deal in this work. Thus, we will examine the positions of National Conference of Bisphos of Brazil- CNBB and Bishop Helder Câmara, archbishop of Olinda e Recife and lider of brasilian progressist church.

KEYWORDS: Civil military coup, National Conference of bishops of Brazil-CNBB, Bishop Helder Câmara.

No limiar da década de 1960, o Brasil viveu um momento de grande ebulição política e cultural. Num clima mundial de guerra fria, onde os sistemas capitalista e comunista se antagonizavam, a América Latina não ficou imune a essa efervescência. A partir de 1959 essa região vive um novo período em sua história. A Revolução Cubana pôs fim à ditadura de Fulgêncio Batista instaurando, em 1961, um governo socialista.

No Brasil, as tensões durante o governo de Jânio Quadros (1961) e principalmente com de João Goulart (1961-1964) marcaram a emergência de novos movimentos sociais que iam de encontro às aspirações de Jango, cujos discursos pautavam-se em temas como reforma agrária e distribuição de renda. A oposição a Jango começou desde a sua posse, sendo o mesmo empossado a partir de um arranjo político do “Parlamentarismo”, que limitava os poderes do então presidente gaúcho. Com efeito, os adversários de Jango, o empresariado, a hierarquia da Igreja e jornais como o “Correio Brasiliense”, viam no presidente um sinônimo de comunismo.

Assim, a partir desse momento, a história brasileira viveu um momento forte de anti-comunismo.²⁴⁷

O Clímax desse novo momento político ocorreu num comício realizado a 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, onde Jango prometeu aos trabalhadores o aprofundamento das reformas iniciadas em seu governo. Calcula-se que 100 mil pessoas estiveram presentes nesse comício. Em resposta ao presidente, os grupos conservadores liderados pela “Campanha da mulher pela democracia”- CAMDE organizaram, no dia 19 do mesmo mês, dia do padroeiro da família, São José, uma passeata nas ruas de São Paulo, a chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, a qual contou com a presença de setores da Igreja como padres e leigos, e parte do empresariado. Assim, o conservadorismo paulista respondia a Jango: “Tá na hora de Jango ir embora”, “vermelho bom só batom”.²⁴⁸ Ademais, inúmeros grupos exibiam faixas pedindo a intervenção militar no sentido de afastar o país da desordem e do comunismo.²⁴⁹ Nesse sentido, conforme Dias ²⁵⁰, “o golpe foi um ato de força e de consenso. Os acontecimentos que o precederam tornaram-se símbolos da participação civil e da politização de uma sociedade dividida”.

Nesse mister, além de darmos realce à participação civil no Golpe, concordamos com a interpretação de Delgado²⁵¹, na qual ressalta que o Golpe civil-militar surgiu como uma prevenção contra possíveis avanços do socialismo no Brasil, a partir do receio da Igreja Católica frente ao desenvolvimento dos movimentos sociais e grupos de esquerdas surgidos na década de 1950 e 1960.

Com efeito, em 15 de abril de 1964, após um curto período onde a junta militar governou o Brasil, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco estava empossado como presidente da República. Pertenceu ao grupo da Sorbonne, cujos oficiais eram ligados à Escola Superior de Guerra (ESG).

²⁴⁷ PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 64. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A Construção Social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 71.

²⁴⁸ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 49.

²⁴⁹ PRESOT, Aline. *Celebrando a “Revolução”*, p. 72.

²⁵⁰ DIAS, Luiz Antônio. Em defesa da ordem. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. “Golpe de 1964: militares e civis na trama de 1964”. Rio de Janeiro. Ano 7, n. 83. Agosto de 2012.

²⁵¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: MOTTA, Rodrigo, REIS, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo. *O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP. Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004.

Com o apoio de instituições como o IPES²⁵² - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, dos jornais “Correio da Manhã”, e “O jornal do Brasil”²⁵³, e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, os militares instauraram o Regime Militar. Com relação ao IPES, “oculto sob a forma de caráter educativo, na verdade exerceu um papel político-militar e ideológico no sentido de legitimar o Golpe recém-instaurado”²⁵⁴. No caso da CNBB, mostrou-se favorável do Golpe, vendo nele o sepultamento de seu maior inimigo: o comunismo. Em uma reunião da Comissão Central, realizada entre 27 e 29 de maio de 1964, vinte seis bispos cardeais e arcebispos trazem à tona seu apoio à “Revolução”. Vejamos a declaração citada por Rollemberg²⁵⁵:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças armadas acudiram em tempo e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Providência divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável.

A declaração prossegue:

De uma à outra extremidade da pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.

Cabe sublinhar que esta reunião da CNBB foi marcada pela divisão entre os bispos, havendo inclusive, dois textos diferentes para a constituição da declaração, um elaborado pelo ultraconservador Dom Geraldo Sigaud, bispo de Diamantina-MG e outro de Dom Hélder Câmara, Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife. Como não houve acordo, as duas propostas foram englobadas numa só declaração, a primeira parte transcrita acima, que louva a Deus e aos militares por terem dado cabo ao perigoso governo de Goulart, evidentemente é de Dom Sigaud, a outra parte que já apontava os excessos dos militares é de D. Hélder: “Não nos curvamos, porém, às injunções de política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam por acaso, silenciar a nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça [...] na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e

²⁵² O IPES foi criado em 1962, reunindo a elite empresarial brasileira. Atuava como um centro educacional, onde ministrava cursos sobre Estudos Sociais. O IPES cedeu inúmeros dossiês de civis para Golbery Couto e Silva, diretor do Serviço Nacional de Informações, SNI.

²⁵³ Os referidos jornais, às vésperas do Golpe, lançaram notas pedindo a deposição de João Goulart. FERREIRA, Jorge. Não à guerra civil. In: Revista de História da Biblioteca Nacional: Golpe de 1964: militares e civis na trama de 1964. Rio de Janeiro. Ano 7, n. 83. Agosto de 2012, p. 25.

²⁵⁴ FERRARINE, Sebastião Antônio. *A imprensa e o arcebispo vermelho*. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 69.

²⁵⁵ ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. *A Construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 53.

democráticas”²⁵⁶, apesar do constante na parte escrita por Dom Hélder ser discordante do conteúdo da parte de D. Sigaud, no seu essencial, a declaração apoia o golpe.

O padre também interpreta que a declaração apoia a “revolução” e ainda agradece aos militares por seu feito, onde a liderança da Igreja mostrava-se aliviada por ter sido espantado o eminente perigo de um governo de tendências esquerdistas, cujos agradecimentos a todos os setores, nacionais e internacionais, que apoiaram o golpe: “e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente”²⁵⁷.

Com efeito, é preciso reiterar como o tema do afastamento do comunismo permeia toda a declaração sobre esse novo momento da História nacional, indo de encontro aos princípios da “Doutrina de Segurança Nacional”, que também via no comunismo o seu principal inimigo. Essa doutrina teve como inspiração o modelo estadunidense, sendo criada em tempos de Guerra Fria, cujo objetivo, no Brasil, era de criar uma nação forte repudiando, com efeito, os críticos do regime. Segundo observou Nilson Borges²⁵⁸: “a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”. Ademais, a posição da hierarquia da Igreja nessa conjuntura reiterou as repostas contrárias ao comunismo em grande parte da história, principalmente na Era Vargas (1930-1945), em virtude de associá-lo não somente à “desordem”, mas também ao ateísmo.

Versar sobre a relação da Igreja Católica com o Golpe implica em conceber a Igreja como um corpo de variadas tendências ideológicas. Em outros termos, pensar essa instituição como um corpo contraditório em si, à luz dos diversos discursos que possui entre si. Nessa linha de raciocínio, Antonio Gramsci²⁵⁹ escreveu:

Cada religião, mesmo a católica (ou melhor, especialmente a católica, primeiramente pelos seus esforços em permanecer unitária “superficialmente” para não se despedaçar em igrejas nacionais e em estratificações sociais) é na realidade uma multiplicidade de religiões distintas e muitas vezes contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequenos burgueses e operários da cidade, um catolicismo de mulheres e um catolicismo de intelectuais, também ele variado e desconexo.

Por conseguinte, ancorados nessa fala de Gramsci, não houve unanimidade dentro da Igreja no pós-Golpe, sendo o clero dividido entre tendências mais conservadoras lideradas por

²⁵⁶ CASTRO, Marcos de. *64: Igreja x Estado*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984, p. 88 e 89.

²⁵⁷ _____. *64: Igreja x Estado*, p. 88 e 89.

²⁵⁸ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.) *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 24.

²⁵⁹ GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 48.

Dom Agnelo Rossi, Arcebispo de São Paulo, apoiando a intervenção das Forças Armadas, e de outro lado, a figura de Dom Helder Câmara, que, de início, se manteve numa posição de neutralidade, não dando apoio, nem se comprometendo com vencedores e vencidos. Com relação ao arcebispo de São Paulo estava ligado à linha tradicional procurando “manter um equilíbrio e, dessa maneira, era avesso a inovações e a controvérsias. O cardeal, como era de costume, muitas vezes, em ocasiões públicas, encontrava-se com militares e líderes civis do governo”.²⁶⁰

Com efeito, ainda conforme Bruneau, essas ações do cardeal Rossi mostram que o arcebispo de São Paulo estava muito preocupado com a ordem e a boa imagem da instituição do que com a justiça social.²⁶¹

No tocante a Dom Helder Câmara,²⁶² foi um dos personagens de maior realce da História eclesiástica contemporânea. Câmara ganhou projeção internacional quando era bispo auxiliar no Rio de Janeiro, a partir de sua articulação com o cardeal Giovanni Montini (futuro Sumo Pontífice Paulo VI) para a Organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, e da organização do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional de 1955, realizado em solo carioca. Esse reconhecimento internacional ganhou relevo a partir de 1964, em Recife, a partir de seus projetos de desenvolvimento humano. Com efeito, em 12 de abril Dom Helder estava empossado como arcebispo de Olinda e Recife.

Que conjuntura enfrentaria Dom Helder Câmara em seus primeiros momentos em Recife? Conforme observou Serbin²⁶³, Recife foi o cenário de maior violência pós-Golpe em 1964. As explicações para tal constatação centram-se na premissa de que essa região abrigou líderes vistos como perigosos, como Paulo Freire, educador e especialista em alfabetização, o governador de Pernambuco Miguel Arraes, o Superintendente da SUDENE, Celso Furtado e um ativista muito importante do Partido Comunista, Gregório Bezerra. Ademais, Pernambuco foi palco das ações das Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado Francisco Julião.

Como fora visto, Dom Helder estava inserido numa região “problemática”, onde repressão, mortes e sequestros faziam parte do seu cotidiano.

²⁶⁰ BRUNEAU, Thomas. *O Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974, p. 257.

²⁶¹ _____. *O Catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 247.

²⁶² Nas linhas a seguir, alguns traços biográficos do arcebispo: Helder Pessoa Câmara nasceu em 1909, em Fortaleza, Ceará. Após a saída no seminário, na década de 1930, Câmara sentiu-se atraído pelo Integralismo, doutrina que tinha como inspiração o modelo do Fascismo italiano. Em 1936, o sacerdote é transferido para o Rio de Janeiro, onde foi convidado para ser Assistente Técnico de Educação do município. Em solo carioca, criou a “Cruzada São Sebastião”, com o objetivo de oferecer moradia aos favelados cariocas, um impulso inicial para a sua conversão aos pobres.

²⁶³ SERBIN, P. Kenneth. *Diálogos na Sombra*: Bispos e militares, Tortura e Justiça social na Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 246.

Antes, porém, de adentrarmos nos primeiro discurso de Dom Helder em Recife, é mister analisarmos a influência do Concílio Vaticano II sobre a práxis do Arcebispo.

O Vaticano II, ocorrido entre 1962 e 1965, no pontificado de João XXIII, foi uma das mais proeminentes reformas da História da Igreja Católica nos seus dois mil anos de História. A principal questão que norteou as muitas transformações colocadas pelo conclave foi o tema do diálogo da Igreja com o mundo moderno²⁶⁴:

O Concílio Vaticano II reuniu em Roma mais de dois mil bispos e centenas de teólogos de todas as partes do mundo. Eles reformaram a doutrina e as estruturas, numa tentativa de tirar o catolicismo do mal-estar em que se encontrava desde o final da Segunda Guerra Mundial, e torna-lo relevante em um mundo moderno em rápida transformação. Por sua vez, a ênfase do Concílio na justiça social e nos direitos humanos impeliu os teólogos o clero e as freiras da América Latina a se aprofundarem no trabalho com a maioria empobrecida. Significativamente, o Vaticano II enfatizou o diálogo dentro da instituição e com outras fés e filosofias.

Além das reformas doutrinárias frente ao mundo moderno, a questão dos pobres foi outra temática de suma importância desenvolvida oficialmente pelo concílio. A esse respeito escreveu Maria Conceição Pinto de Góes²⁶⁵:

O Concílio Vaticano II, para muitos cristãos, levou a Igreja Católica a uma reafirmação da fé e da vida. Cristo habitado em cada pobre, em cada oprimido, em cada humilhado. Habitava na História. O Cristo no interior da História chamava aos homens de boa vontade por uma nova ressurreição. A ressurreição dar-se-ia com a libertação de todos os oprimidos da Terra.

Nesse contexto, vejamos a tônica do discurso de posse do arcebispo:

Quem sou eu e a quem estou falando ou desejando falar – um nordestino falando a nordestinos, com os olhos postos no Brasil, na América Latina e no mundo. Uma criatura humana que se considera irmão de fraqueza e de pecado dos homens de todas as raças e de todos os cantos do mundo. Um cristão se dirigindo a cristãos, mas de coração aberto, ecumenicamente, para os homens, de todos os credos e de todas as ideologias.²⁶⁶

Dom Helder Câmara continua:

Ninguém se escandalize quando me vir frequentando criaturas como indignas e pecadoras. Quem não é pecador? Nosso Senhor, acusado de andar com publicanos e almoçar com pecadores, respondeu que justamente os doentes é que precisam de médico. Ninguém se espante me vendo com criaturas tidas como envolventes ou perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, anti-revolucionárias ou revolucionárias [...] Minha porta e meu coração estão abertos a todos. Cristo morreu por todos os homens, a ninguém devo excluir do diálogo fraterno.

²⁶⁴ _____. *Diálogos na Sombra*, p. 93.

²⁶⁵ GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A Aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Revan, 1999, p. 263.

²⁶⁶ COMBLIN, José; PINHEIRO, José e PUTRICK, Maria Bernarda. *Dom Helder: pastor e profeta*. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 118.

Como percebemos, a tônica do discurso de posse do arcebispo é voltada para duas questões principais: o seu envolvimento com os setores marginalizados, temática que veio de encontro com as diretrizes do Vaticano II; e da questão ecumênica, ou seja, de seu envolvimento com homens de todas as ideologias: religiosas e políticas. Paradoxalmente, Dom Helder Câmara não tece críticas nem louvores ao governo militar instaurado, a partir do Golpe de 1º de Abril. Por conseguinte, não houve uma contextualização de sua nomeação para a Arquidiocese de Olinda e Recife com a nova situação política do Brasil.

Ademais, Dom Helder Câmara e Castelo Branco tinham um laço afetivo, não havendo, com efeito, desentendimentos entre os dois: “Após ser empossado como presidente da República, o marechal Castelo Branco encontrou-se com Dom Helder Câmara em cujo rosto rolou uma lágrima quando lhe contou que sua mulher tinha o hábito de ouvir suas pregações”²⁶⁷. No dia 11 de abril de 1964, diante da Sé do Recife, onde acabara de ser sagrado arcebispo, Dom Helder advertiu: “Não confundamos a bela e indispensável noção de ordem, fim de todo o progresso humano, com contrafações suas, responsáveis pela manutenção de estruturas que todos reconhecem não podem ser mantidas”²⁶⁸.

Segundo ressaltaram Piletti e Praxedes²⁶⁹, havia um clima de diálogo entre a Arquidiocese de Recife e o IV Exército, cuja relação incentivou uma atuação conjunta:

O IV Exército chegou a autorizar Dom Helder a trabalhar pela reabertura das associações de bairros e dar continuidade ao trabalho social nas dioceses. A Aeronáutica às vezes também colaborava, com passagens aéreas. A Secretaria de Segurança Pública do Estado também ajudava “com enorme boa vontade” no esclarecimento dos casos de pessoas presas “injustamente”. Dom Helder retribuía o bom tratamento recebido pregando para os militares em suas datas comemorativas. Com o comandante da 7ª Região Militar, sediada em Recife, general Antônio Carlos Muricy, a relação era quase de “Lua de mel” e Dom Helder chegou a escrever em maio de 1964 que “o general Muricy está agindo como quem tem, regionalmente, a autoridade máxima e atuando como amigo de verdade. Graças a sua interferência decisiva, contornamos graves dificuldades”.

Todavia, no primeiro ano de aniversário do Golpe, as relações de Dom Helder com o regime começa a sofrer alterações. Em 1965, Dom Helder recusou-se a celebrar a missa concernente a essa comemoração. Esse ato foi visto como uma crítica simbólica do Arcebispo frente ao regime, pois em um ano de governo, Dom Helder presenciara atos de tortura e repressão como no caso do suplício do militante comunista Gregório Bezerra, e de Paulo Freire, ambos em Recife. Numa linha antagônica, bispos como Dom Agnello Rossi e Dom Eugênio de

²⁶⁷ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 246.

²⁶⁸ _____. *A ditadura escancarada*. p. 246.

²⁶⁹ PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997, p. 404.

Araújo Sales, este último arcebispo do Rio de Janeiro, participaram dessa celebração mostrando que as relações entre Igreja e Estado eram harmoniosas.

No caso de Dom Helder, a partir de 1965 e principalmente 1966, começa a alterar seus discursos sobre os militares, discordando das detenções que estavam ocorrendo em nome da ordem e do desenvolvimento do país. Segundo observou Ivanir Rampon²⁷⁰: “O militares insistiam para ele que não visitasse os prisioneiros políticos, mas o pastor queria ouvir a todos os homens, independente de credo”.

A partir de 1966, Dom Helder formaliza o seu rompimento com o movimento político iniciado com o Golpe de 64. Nesse ano, o Arcebispo assinou o “Manifesto dos Bispos do Nordeste”²⁷¹, documento da Ação Católica Operária -ACO que trazia à tona a situação socioeconômica dos trabalhadores rurais do nordeste e que mostrava a negligência do Estado frente às questões reivindicatórias dos trabalhadores. Assim o documento sublinha:

Ao ensejo de nossa reunião, queremos reafirmar nossa inteira solidariedade aos trabalhadores, especialmente àqueles que passam fome, sofrem pressões ou são vítimas de injustiças. Proclamamos com o Concílio que o trabalho supera em valor e em dignidade aos demais elementos da vida econômica e reconhecemos que não pode haver desenvolvimento ou promoção onde não se coloca o homem em primeiro lugar.²⁷²

Por fim, essa resistência da Igreja frente ao regime se consolidou quando, em 1968, o governo instaurou o “golpe dentro do golpe”, ou o Ato Institucional n.5, onde, como desdobramento do mesmo, o arcebispo de Olinda e Recife fora “silenciado” pelo governo, tendo seus discursos, juntamente com os da CNBB, se radicalizados e voltados para denúncia dos atos de tortura do governo militar brasileiro.

À guisa de conclusão.

À luz do exposto, algumas palavras finais são necessárias. *A priori*, merece ressaltar que a premissa de Antonio Gramsci auxilia-nos a compreender as relações da Igreja Católica com o Golpe civil militar de 1964.

Essa premissa da heterogeneidade ideológica presente na religião católica, à luz dos inúmeros discursos que a Igreja apresenta, mostram-nos as complexidades na compreensão dos diálogos e confrontos supracitados. Com efeito, a própria divisão, mesmo dentro da hierarquia e nas tendências progressistas, lideradas por Dom Helder Câmara, e conservadoras, por Dom

²⁷⁰ RAMPON, Ivanir Antonio. *O Caminho espiritual de Dom Helder Câmara*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 97.

²⁷¹ Para consultar a lista dos bispos que assinaram o referido documento, consultar: CIRANO, Marcos. *Os Caminhos de Dom Helder Câmara: censura e perseguições: 1964-1980*. Recife-PE: Editora Guararapes, 1983, p. 19.

²⁷² _____. *Os Caminhos de Dom Helder Câmara*, p. 19.

Agnello Rossi, faz-nos repensar interpretações simplistas e binárias que negligenciam os paradoxos que norteiam as relações entre Estado e Igreja no pós-Golpe.

Outro ponto de destaque diz respeito às representações de Dom Helder Câmara frente ao Golpe. No ato do Golpe, o arcebispo de Olinda e Recife já possui em sua agenda o teor da justiça social e do trabalho com os setores marginalizados, à luz da influência do Concílio Vaticano II em sua prática político-pastoral. Paradoxalmente, as críticas do arcebispo ao Golpe não são imediatas: vão sofrendo contorno ao longo da década de 1960 e sendo legitimadas a partir da edição do Ato Institucional n.5, em dezembro de 1968. Com efeito, faz-se mister assinalarmos que novas pesquisas precisam ser realizadas no sentido de compreender as relações desse personagem emblemático com o Golpe de 1964 e o Regime militar instaurado em solo brasileiro.

Recebido em: 06/12/2013

Aceito em: 14/02/2014